



Fevereiro/2011



NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

Concurso Público para provimento de cargos de
Advogado

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Conhecimentos Gerais****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Pós-11/9

Li que em Nova York estão usando “dez de setembro” como adjetivo, significando antigo, ultrapassado. Como em: “Que penteado mais dez de setembro!”. O 11/9 teria mudado o mundo tão radicalmente que tudo o que veio antes – culminando com o day before [dia anterior], o último dia das torres em pé, a última segunda-feira normal e a véspera mais véspera da História – virou preâmbulo. Obviamente, nenhuma normalidade foi tão afetada quanto o cotidiano de Nova York, que vive a psicose do que ainda pode acontecer. Os Estados Unidos descobriram um sentimento inédito de vulnerabilidade e reorganizam suas prioridades para acomodá-las, inclusive sacrificando alguns direitos de seus cidadãos, sem falar no direito de cidadãos estrangeiros não serem bombardeados por eles. Protestos contra a radicalíssima reação americana são vistos como irrealistas e anacrônicos, decididamente “dez de setembro”.

Mas fatos inaugurais como o 11/9 também permitem às nações se repensarem no bom sentido, não como submissão à chantagem terrorista, mas para não perder a oportunidade do novo começo, um pouco como Deus – o primeiro autocrítico – fez depois do Dilúvio. Sinais de revisão da política dos Estados Unidos com relação a Israel e os palestinos são exemplos disto. É certo que nenhuma reunião dos países ricos será como era até 10/9, pelo menos por algum tempo. No caso dos donos do mundo, não se devem esperar exames de consciência mais profundos ou atos de contrição mais espetaculares, mas o instinto de sobrevivência também é um caminho para a virtude. O horror de 11/9 teve o efeito paradoxalmente contrário de me fazer acreditar mais na humanidade.

A questão é: o que acabou em 11/9 foi prólogo, exatamente, de quê? Seja o que for, será diferente. Inclusive por uma questão de moda, já que ninguém vai querer ser chamado de “dez de setembro” na rua.

(Luis Fernando Verissimo, **O mundo é bárbaro**)

1. Já se afirmou a respeito de Luis Fernando Verissimo, autor do texto aqui apresentado: "trata-se de um escritor que consegue dar seriedade ao humor e graça à gravidade, sendo ao mesmo tempo **humorista inspirado** e **ensaísta profundo**". Essa rara combinação de planos e tons distintos pode ser adequadamente ilustrada por meio destes segmentos do texto:

- I. *Que penteado mais dez de setembro! e Os Estados Unidos descobriram um sentimento inédito de vulnerabilidade.*
- II. *um pouco como Deus – o primeiro autocrítico – fez depois do Dilúvio e o instinto de sobrevivência também é um caminho para a virtude.*
- III. *fatos inaugurais como o 11/9 também permitem às nações se repensarem e não se devem esperar exames de consciência mais profundos.*

Em relação ao texto, atende ao enunciado desta questão o que se transcreve em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *significando antigo, ultrapassado* (1º parágrafo) = conotando nostálgico, recorrente.
- (B) *reorganizam suas prioridades para acomodá-las* (1º parágrafo) = ratificam suas metas para as estabilizarem.
- (C) *atos de contrição mais espetaculares* (2º parágrafo) = demonstrações mais grandiosas de arrependimento.
- (D) *teve o efeito paradoxalmente contrário* (2º parágrafo) = decorreu de uma irônica contradição.
- (E) *foi prólogo, exatamente, de quê?* (3º parágrafo) = a que mesmo serviu de pretexto?

3. Ao comentar a tragédia de 11 de setembro, o autor observa que ela

- (A) foi uma espécie de prólogo de uma série de muitas outras manifestações terroristas.
- (B) exigiria das autoridades americanas a adoção de medidas de segurança muito mais drásticas que as então vigentes.
- (C) estimularia a população novaiorquina a tornar mais estreitos os até então frouxos laços de solidariedade.
- (D) abriu uma oportunidade para que os americanos venham a se avaliar como nação e a trilhar um novo caminho.
- (E) faria com que os americanos passassem a ostentar com ainda maior orgulho seu decantado nacionalismo.



4. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
- (A) Sobrevieram à tragédia de 11/9 consequências profundas, como a psicose coletiva a que se renderam muitos cidadãos novaiorquinos.
- (B) Agregou-se ao cotidiano de Nova York, a despeito das medidas de segurança, sentimentos de medo e desconfiança generalizados.
- (C) Uma certa soberba, característica dos americanos, mesmo depois do atentado de 11/9 não se aplacaram.
- (D) Muitas vezes decorre de uma grande tragédia coletiva, como a de 11/9, sentimentos confusos, como os da humilhação, da revolta e da impotência.
- (E) Sobrevivem até mesmo depois de grandes tragédias a tendência dos homens ao prosaísmo e ao mau gosto, como no uso da expressão *dez de setembro*.
-
5. Está adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) A obsolescência e o anacronismo, atributos nos quais os americanos manifestam todo seu desprezo, passaram a se enfeixar com a expressão *dez de setembro*.
- (B) O estado de psicose, ao qual imergiram tantos americanos, levou à adoção de medidas de segurança em cuja radicalidade muitos recriminam.
- (C) A sensação de que o 11/9 foi um prólogo de algo ao qual ninguém se arrisca a pronunciar é um indício do pasmo no qual foram tomados tantos americanos.
- (D) Não é à descrença, sentimento com que nos sentimentos invadidos depois de uma tragédia, é na esperança que queremos nos apegar.
- (E) Fatos como os de 11/9, com que ninguém espera se deparar, são também lições terríveis, de cujo significado não se deve esquecer.
-
6. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) De fato, humor ferino e crítica lúcida podem convergir em um mesmo texto, como é o caso dessa crônica exemplar de Luis Fernando Verissimo.
- (B) Há casos exemplares de crônicas como esta, aonde a ironia, a mordacidade e a análise sabem conviver de modo a que pareçam naturais.
- (C) Este autor tem conseguido viver apenas do que escreve, além de eventuais entrevistas em que ele concede, mesmo se considerando tímido.
- (D) O autor equipara o 11/9 ao Dilúvio bíblico, com base na proporção desses fatos e do sentido de autocrítica que contribui para ambos.
- (E) Poucos autores se pronunciaram sobre o 11/9, seja por que em respeito aos sacrificados, ou por que é comum que as grandes tragédias impliquem em silêncio.
-
7. Na frase *No caso dos donos do mundo, não se devem esperar exames de consciência mais profundos*, é correto afirmar que
- (A) a construção verbal é um exemplo de voz ativa.
- (B) a partícula se tem a mesma função que em ***E se ela não vier?***
- (C) a forma plural *devem* concorda com *exames*.
- (D) ocorre um exemplo de indeterminação do sujeito.
- (E) a expressão *donos do mundo* leva o verbo ao plural.
-
8. Em 11 de setembro ocorreu a tragédia que marcou o início deste século, e o mundo acompanhou essa tragédia pela TV. A princípio, ninguém atribuiu a essa tragédia a dimensão que ela acabou ganhando, muitos chegaram a tomar essa tragédia como um grave acidente aéreo.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) acompanhou-a - a atribuiu - lhe tomar
- (B) acompanhou-a - lhe atribuiu - tomá-la
- (C) lhe acompanhou - lhe atribuiu - tomar-lhe
- (D) acompanhou-a - a atribuiu - tomá-la
- (E) lhe acompanhou - atribuiu-lhe - a tomar
-
9. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Há eventos que como o 11 de setembro, passam a constituir um marco histórico; seja pela gravidade que tiveram em si mesmos; seja pelas consequências que dele derivaram projetadas em escala mundial.
- (B) Há eventos que como o 11 de setembro, passam a constituir um marco histórico seja pela gravidade, que tiveram em si mesmos, seja pelas consequências, que dele derivaram, projetadas em escala mundial.
- (C) Há eventos que como o 11 de setembro, passam a constituir um marco histórico – seja pela gravidade que tiveram, em si mesmos, seja pelas consequências que dele derivaram, projetadas em escala mundial.
- (D) Há eventos que, como o 11 de setembro, passam a constituir um marco histórico, seja pela gravidade que tiveram em si mesmos, seja pelas consequências que dele derivaram, projetadas em escala mundial.
- (E) Há eventos, que como o 11 de setembro, passam a constituir um marco histórico; seja pela gravidade que tiveram em si mesmos, seja pelas consequências que, dele, derivaram projetadas em escala mundial.



10. A má construção exige que se dê **nova redação** à seguinte frase:

- (A) Por se sentirem donos do mundo, os países mais poderosos não estão habituados a fazer, com humildade, uma análise crítica de si mesmos.
- (B) Uma das consequências do trágico episódio de 11/9 foi o bombardeio a que os Estados Unidos submetem o Iraque, país tomado como bode expiatório.
- (C) O significado que a expressão *dez de setembro* passou a ter depois do trágico atentado denota a preocupação dos americanos com o que está ou não na moda.
- (D) Jamais os Estados Unidos haviam tomado consciência de sua vulnerabilidade, que ficou evidenciada com o bem-sucedido ataque terrorista às torres gêmeas.
- (E) Ainda que se considere um episódio obviamente trágico, as torres gêmeas constituíam um símbolo da opulência capitalista e da alta tecnologia americana.

Noções de Informática

11. No Microsoft Word e no BrOffice Writer, alinhar, centralizar e justificar são opções de

- (A) organização de desenhos.
- (B) ajustamento de células em planilhas.
- (C) formatação de texto.
- (D) ajustamento de *slides* para exibição.
- (E) aumento e diminuição de recuo.

12. Considere a lista abaixo, referente a alguns componentes especificados numa placa-mãe:

- I. 3 Conectores USB
- II. 2 Conectores SATA
- III. 1 Conector CPU Fan
- IV. 1 Conector IDE
- V. 1 Conector 24-pin ATX Power

Os conectores nos quais é possível a ligação de discos rígidos, também conhecidos como HD, encontram-se, APENAS, nos itens

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

13. O filtro *SmartScreen* é um recurso disponível no Internet Explorer 8 para prevenir *softwares* mal-intencionados e *malwares*. Pode ser acessado no menu Segurança, no canto direito superior do navegador, ou na barra de menus, em

- (A) Exibir.
- (B) Editar.
- (C) Favoritos.
- (D) Arquivo.
- (E) Ferramentas.

14. Em relação ao *Webmail* é correto afirmar:

- (A) é uma interface da *web* utilizada para ler e escrever *e-mail*, através de um navegador.
- (B) é uma interface da *web* utilizada para ler e escrever *e-mail*, sem necessidade de um navegador.
- (C) o usuário precisa estar sempre *logado* no mesmo computador.
- (D) as mensagens ficam armazenadas sempre no disco local do computador.
- (E) não oferece o serviço de anexação de arquivos.

15. No Windows Explorer, do Windows XP, ao se clicar com o botão direito do mouse numa mesma pasta, tanto do lado esquerdo quanto do lado direito da área de trabalho, serão exibidas as mesmas opções de menu, EXCETO

- (A) Abrir.
- (B) Explorar.
- (C) Enviar para.
- (D) Criar atalho.
- (E) Excluir.

Ética

16. A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

- (A) A vida ética realiza-se no modo de viver daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.
- (B) Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego *mos* e significa comportamento, modo de ser, caráter.
- (C) Virtude deriva do latim *virtus*, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.
- (D) A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.
- (E) Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz.



17. No que concerne ao tema ética profissional e empresarial, está correto afirmar:
- (A) A empresa necessita que a conduta ética de seus integrantes, bem como os valores e convicções primárias da organização se tornem parte de sua cultura.
 - (B) A ética empresarial é o conjunto de princípios que regem a conduta funcional de uma determinada profissão.
 - (C) O indivíduo deve agir com respeito ao procedimento ético de sua profissão, não sendo necessária a observância dos princípios éticos comuns a todos os homens.
 - (D) Execução do trabalho no mais alto nível de rendimento, assiduidade e frequência ao serviço, embora louváveis, não são exemplos de condutas éticas no exercício profissional.
 - (E) A boa empresa atua apenas com foco no lucro, não importando se oferece um ambiente moralmente gratificante.

Atenção: As questões de números 18 a 20 referem-se ao Código de Conduta da Alta Administração Federal.

18. Caio, que ocupa o cargo de Presidente de uma Empresa Pública, opinou publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de uma autoridade pública federal. Vale salientar que Caio continua no cargo público mencionado. O fato narrado acarretará
- (A) a não imposição de qualquer sanção, pois Caio não se sujeita às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal.
 - (B) a não imposição de qualquer sanção, pois não caracteriza violação de norma do Código de Conduta da Alta Administração Federal.
 - (C) sanção de censura ética.
 - (D) sanção de advertência.
 - (E) sanção de multa.

19. No que concerne à conduta ética das autoridades públicas, é correto afirmar:
- (A) Além da declaração de bens e rendas, a autoridade pública, no prazo de trinta dias contados de sua posse, enviará à Comissão de Ética Pública informações sobre sua situação patrimonial que, real ou potencialmente, possa suscitar conflito com o interesse público.
 - (B) Na ausência de lei disposta sobre prazo diverso, será de quatro meses, contados da exoneração, o período de interdição para atividade incompatível com o cargo anteriormente exercido.
 - (C) A autoridade pública que tiver participação de três por cento do capital de sociedade de economia mista deverá tornar público este fato.
 - (D) É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado do encargo de mandatário, inclusive para a prática de atos de comércio.
 - (E) É vedada à autoridade pública a aceitação de presentes de autoridades estrangeiras nos casos protocolares em que houver reciprocidade.

20. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta será instaurado pela Comissão de Ética Pública (CEP), desde que haja indícios suficientes. No processo administrativo em questão,
- (A) se a CEP concluir pela procedência da denúncia, adotará uma das penalidades previstas no Código, com comunicação apenas ao superior hierárquico do denunciado.
 - (B) a CEP não poderá, de ofício, produzir prova documental.
 - (C) não é possível a solicitação pela CEP, de parecer de especialista, ainda que julgue imprescindível, tendo em vista a celeridade do procedimento.
 - (D) concluídas as diligências necessárias, a CEP oficiará a autoridade pública para nova manifestação, no prazo de cinco dias.
 - (E) a autoridade pública será oficiada para manifestar-se no prazo de cinco dias.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (B) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Comandantes da Marinha nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
 - (C) processar e julgar o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Diretores do Banco Central.
 - (E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Municípios.

22. Compete privativamente ao Presidente da República
- (A) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - (B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - (C) decretar e executar a intervenção federal.
 - (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (E) mudar temporariamente a sede do Congresso Nacional.

23. No tocante à Súmula Vinculante, é INCORRETO afirmar que
- (A) do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
 - (B) o seu efeito vinculante prevalece sobre todos os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (C) tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
 - (D) sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, trinta dias após a sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante.

24. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,
- (A) o Procurador-Geral da República nas infrações penais comuns.
 - (B) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (C) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do Tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
 - (D) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.
 - (E) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

Direito Administrativo

25. No que concerne às agências executivas, é correto afirmar que
- (A) tais agências não possuem autonomia de gestão, porém a lei assegura a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para que possam cumprir suas metas e objetivos institucionais.
 - (B) trata-se de entidade preexistente, que receberá a qualificação de agência executiva através de ato do Ministro de Estado a que estiver vinculada.
 - (C) agência executiva é a qualificação dada somente às autarquias, desde que cumpridas as exigências legais para tanto.
 - (D) a qualificação da entidade como agência executiva permite que ela usufrua de determinadas vantagens previstas em lei, como, por exemplo, o aumento dos percentuais de dispensa de licitação, previsto na Lei nº 8666/93.
 - (E) para a qualificação em agência executiva, é necessário o cumprimento de apenas um desses requisitos: ter plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento ou ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.
26. Dentre outros, são exemplos de atos administrativos insuscetíveis de revogação:
- (A) licença para exercer profissão regulamentada em lei; certidão administrativa de dados funcionais de servidor público.
 - (B) ato de concessão de aposentadoria, mesmo que ainda não preenchido o lapso temporal para a fruição do benefício; ato de adjudicação na licitação quando já celebrado o respectivo contrato.
 - (C) edital de licitação na modalidade tomada de preços; atestado médico emitido por servidor público médico do trabalho.
 - (D) ato que declara a inexigibilidade de licitação; autorização para uso de bem público.
 - (E) autorização para porte de arma; ato que defere férias a servidor, ainda que este não tenha gozado de tais férias.



27. A empresa X, após sagrar-se vencedora de procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com o Poder Público para o fornecimento de determinado produto. Após a celebração do contrato, adveio uma greve de trabalhadores que paralisou, indefinidamente, a fabricação do produto, impedindo a execução contratual. Conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8666/93), o fato narrado

- (A) constitui evento absolutamente previsível, que não traz qualquer consequência ao mencionado contrato administrativo.
- (B) caracteriza hipótese de fato da Administração, que não é causa impeditiva da execução contratual, mas apenas criadora de maior dificuldade.
- (C) constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo.
- (D) caracteriza hipótese de fato do príncipe, sendo necessária a revisão contratual.
- (E) constitui motivo para o reajustamento contratual.

28. A desapropriação indireta

- (A) pode ser obstada por meio de ação possessória.
- (B) não impede a reivindicação do bem, ainda que já incorporado ao patrimônio público.
- (C) incide diretamente sobre um bem, impondo-lhe limitações que impedem total ou parcialmente o exercício dos poderes inerentes ao domínio.
- (D) gera direito à indenização; todavia, não há direito à percepção de juros compensatórios.
- (E) processa-se com observância do procedimento legal, ou seja, observa os requisitos da declaração – de utilidade pública ou interesse social –, e da indenização prévia.

Direito Comercial

29. O protesto cambial é medida necessária para

- (A) constituição do devedor principal em mora, no caso de dívida líquida com vencimento em dia certo e expresso no título.
- (B) interrupção da prescrição da ação de cobrança do crédito mencionado no título.
- (C) ajuizamento de ação de execução de cheque contra o seu emitente.
- (D) assegurar o direito de cobrança contra o endossante de nota promissória com cláusula sem despesa.
- (E) cobrança de juros moratórios previstos no título.

30. Com relação à responsabilidade de sócios e administradores perante credores da sociedade limitada, é lícito afirmar que os

- (A) sócios detentores da maioria do capital social respondem subsidiariamente por todas as dívidas da sociedade.
- (B) administradores não sócios não respondem por dívidas sociais, nem em caso de desconsideração de personalidade jurídica.
- (C) sócios minoritários respondem solidariamente entre si e subsidiariamente em relação à sociedade até o montante que faltar para a integralização do capital social.
- (D) sócios e administradores respondem pelas dívidas sociais sempre que a personalidade jurídica representar um obstáculo para a satisfação dos credores, seja qual for a natureza do crédito reclamado.
- (E) administradores respondem subsidiariamente por todas as dívidas da sociedade.

31. A decretação de intervenção ou de liquidação de uma instituição financeira tem em comum o seguinte efeito:

- (A) a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal.
- (B) a indisponibilidade dos bens dos seus administradores até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.
- (C) o vencimento antecipado e exigibilidade imediata de todas as dívidas da instituição financeira.
- (D) resolução de todos os contratos bilaterais que importam obrigações a serem cumpridas pela instituição financeira após a decretação da liquidação ou intervenção.
- (E) a prevenção do juízo que decretou intervenção ou liquidação a pedido do Banco Central, para todas as ações em que a instituição financeira for ré.

Direito Civil

32. O transportador

- (A) pode inserir no contrato de transporte cláusula que exclua a sua responsabilidade por danos causados às bagagens das pessoas transportadas fora das hipóteses de força maior.
- (B) não responde pelos danos causados às pessoas transportadas se o acidente tiver ocorrido por culpa de terceiro.
- (C) pode inserir no contrato de transporte cláusula que exclua a sua responsabilidade por danos causados às pessoas transportadas fora das hipóteses de força maior.
- (D) não pode recusar passageiros, mesmo se as condições de higiene ou saúde do interessado o justificarem.
- (E) tem direito de retenção sobre a bagagem de passageiros e outros objetos pessoais deste, uma vez realizado o transporte, para garantir-se do pagamento do valor da passagem que não tiver sido feito no início ou durante o percurso.



33. *Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, considera-se*
- (A) possuidor indireto.
(B) detentor.
(C) possuidor direto.
(D) possuidor clandestino.
(E) proprietário.
34. Dois prédios situados no alto de uma encosta têm acesso à rodovia através de servidão de passagem, instituída por escritura pública e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, que atravessa o prédio localizado à margem desta. As obras necessárias à conservação e uso da servidão, como não há disposição a respeito no título constitutivo,
- (A) serão pagas, metade pelos donos dos prédios dominantes e metade pelo dono do prédio serviente.
(B) correrão por conta do dono do prédio serviente.
(C) serão rateadas proporcionalmente entre os donos dos prédios dominantes e o dono do prédio serviente.
(D) serão rateadas entre os donos dos prédios dominantes.
(E) correrão por conta do dono do prédio que a utilizar com mais frequência.
35. O usufruto
- (A) pode ser transferido por título oneroso, mas o seu exercício só pode ser cedido a título gratuito.
(B) pode recair em um ou mais bens do nu-proprietário, não podendo, porém, alcançar-lhe o patrimônio inteiro.
(C) não se estende, salvo disposição em contrário, aos acessórios da coisa e seus acréscimos.
(D) não se extingue pelo não uso, ou não fruição, da coisa em que recai.
(E) de coisa segurada obriga o usufrutuário a pagar, durante a sua duração, as contribuições do seguro.
- Direito Processual Civil**
36. João, fiador de José num contrato de locação, foi citado em uma ação de cobrança de aluguéis ajuizada pelo locador. No prazo da contestação, pediu a citação de José para integrar a lide. João valeu-se do instituto processual denominado
- (A) nomeação à autoria.
(B) denúncia da lide.
(C) chamamento ao processo.
(D) oposição.
(E) assistência.
37. Na ação rescisória
- (A) podem ser deferidas medidas cautelares e cabe a antecipação de tutela em casos imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei.
(B) o depósito feito pelo autor no momento do ajuizamento reverterá em favor do Estado, a título de custas, se a ação for julgada procedente.
(C) o prazo de dois anos para a sua propositura conta-se da data em que foi proferida a sentença de mérito.
(D) o depósito feito pelo autor no momento do ajuizamento reverterá em favor do réu, a título de indenização, se a ação for julgada improcedente, não sendo devidos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.
(E) o autor não poderá na petição inicial cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa.
38. No processo de execução por quantia certa contra devedor solvente previsto no Código de Processo Civil brasileiro, a respeito dos embargos do executado, considere:
- I. A concessão pelo juiz de efeito suspensivo aos embargos impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.
II. O juiz não poderá rejeitar liminarmente os embargos quando considerá-los manifestamente protelatórios.
III. Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, salvo tratando-se de cônjuges.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.
39. Na ação civil pública,
- (A) não cabe formular na petição inicial pretensão que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de não fazer.
(B) a multa cominada liminarmente só será exigível após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.
(C) a pretensão do autor poderá versar sobre questão que envolva tributos ou contribuições previdenciárias.
(D) se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, somente o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de prova nova.
(E) as associações legalmente legitimadas para a ação principal não podem ajuizar ação cautelar, o que só poderá ser feito pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.



Direito do Trabalho

40. Considere as seguintes assertivas a respeito dos períodos de descanso:

- I. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos será estabelecida escala de revezamento, semestralmente organizada e constando de quadro sujeito a fiscalização sindical.
- II. No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- III. Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- IV. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 15 horas consecutivas para descanso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

41. Zuleica foi contratada pela empresa Y para exercer a função X mediante salário de R\$ 1.000,00. No final do ano passado foi dispensada sem justa causa quando recebia R\$ 2.000,00 como remuneração. Considerando que a empresa não forneceu férias à Zuleica na época oportuna quando a sua remuneração era R\$ 1.500,00, a indenização pelo não deferimento das férias será calculada com base na remuneração de

- (A) R\$ 1.000,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
- (B) R\$ 1.500,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
- (C) R\$ 1.500,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias em dobro.
- (D) R\$ 2.000,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
- (E) R\$ 2.000,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias em dobro.

42. Joana, 25 anos, trabalha na empresa X desde janeiro de 2008, tendo sido promovida para a função de secretária em Dezembro de 2010 com salário mensal de R\$ 1.000,00. Maria, 26 anos, trabalha na empresa desde Janeiro de 1999 e ocupa também a função de secretária desde Janeiro de 2010, porém recebe salário mensal de R\$ 1.500,00. Mônica, 55 anos, trabalha na empresa desde Janeiro de 2007, também exercendo a função de secretária desde Julho de 2010, mediante salário de R\$ 1.500,00. Tendo em vista que todas exercem a mesma função, para o mesmo empregador, na mesma localidade, Joana

- (A) não poderá requerer a equiparação salarial tendo em vista que Maria trabalha na empresa desde Janeiro 1999 e Mônica desde Janeiro de 2007.
- (B) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigmas Maria e Mônica.
- (C) só poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Mônica, tendo em vista que Maria trabalha na empresa há mais de dez anos.
- (D) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Maria, tendo em vista que Mônica possui mais de cinquenta anos de idade.
- (E) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Mônica, desde que notifique necessariamente a empresa para que supra a irregularidade no prazo máximo de 48 horas e informe o ocorrido ao Sindicato da categoria.

43. A prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS é

- (A) trintenária, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.
- (B) vintenária, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.
- (C) de cinco anos, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.
- (D) trintenária, independentemente do término do contrato de trabalho, tendo em vista que o prazo constitucional de dois anos não se aplica a prescrição relacionada ao FGTS.
- (E) vintenária, independentemente do término do contrato de trabalho, tendo em vista que o prazo constitucional de dois anos não se aplica a prescrição relacionada ao FGTS.

Direito Processual do Trabalho

44. Mirto, juiz de direito, indignado com determinadas situações que estão ocorrendo na empresa Z, gostaria de instaurar reclamação plúrima trabalhista. Porém, há um princípio que impede que o magistrado instaure de ofício o processo trabalhista. Trata-se especificamente do princípio

- (A) da imparcialidade do juiz.
- (B) do devido processo legal.
- (C) do contraditório.
- (D) dispositivo.
- (E) inquisitório.



45. Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:

- I. Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- II. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão *facta*, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- III. É impedido de depor como testemunha aquele que for amigo íntimo de uma das partes.
- IV. Nas reclamações trabalhistas que obedecerem o procedimento sumaríssimo é permitida a oitiva de apenas três testemunhas para cada parte.

Está correto o que se afirmar APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

46. Na Justiça do Trabalho, o Procedimento Sumaríssimo

- (A) aplica-se aos dissídios coletivos cujo valor da causa não exceda 60 salários mínimos.
- (B) permite a citação por edital, quando a reclamada não for encontrada, após a tentativa de citação por hora certa previamente determinada.
- (C) aplica-se aos dissídios individuais cujo valor total do pedido não ultrapasse 40 salários mínimos, inclusive para as ações plúrimas.
- (D) poderá ter como parte reclamada a Administração Pública autárquica ou fundacional.
- (E) obriga as partes a requererem previamente as provas que serão produzidas na audiência de instrução e julgamento.

47. Gabriela possuía contrato de prestação de serviços de gerência, na qualidade de autônoma, com a empresa Y, recebendo um valor mensal. Após a rescisão do referido contrato, Gabriela ajuizou reclamação trabalhista requerendo o reconhecimento do vínculo de emprego com a empresa Y, bem como o pagamento e recolhimento de todas as demais verbas trabalhistas e previdenciárias. O M.M. juiz declarou a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho (em razão da matéria) e determinou a remessa dos autos à Justiça Comum. Neste caso,

- (A) não caberá recurso, tratando-se de decisão interlocutória irrecorrível na justiça do trabalho.
- (B) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho competente.
- (C) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Regional do Trabalho competente.
- (D) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho.

Seguridade Social

48. De acordo com a Lei nº 8.212/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social na qualidade de segurado especial

- (A) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- (B) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- (C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- (D) a pessoa física residente no imóvel rural que, individualmente, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de pescador artesanal faça da pesca profissão habitual.
- (E) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

49. Segundo a Lei nº 8.213/91, havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo,

- (A) um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício da pensão por morte, independentemente do benefício a ser requerido.
- (B) dois terços do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- (C) um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- (D) metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício de auxílio-doença, independentemente do benefício a ser requerido.
- (E) metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

50. De acordo com a Lei nº 8.213/91, em regra, o auxílio-doença, consistirá numa renda mensal correspondente a

- (A) 100% do salário-de-benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
- (B) 100% do salário-de-benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.
- (C) 85% do salário-de-benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
- (D) 91% do salário-de-benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
- (E) 91% do salário-de-benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.



51. O princípio da universalidade da cobertura prevê

- (A) que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessite, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar os requisitos para a concessão dos benefícios e serviços.
- (B) que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite.
- (C) que o benefício legalmente concedido pela Previdência Social não pode ter o seu valor nominal reduzido.
- (D) a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio da seguridade social.
- (E) que não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa.

Direito Tributário

52. Segundo o Código Tributário Nacional, em caso de extinção de pessoa jurídica de direito privado, se a exploração da atividade for continuada por sócio remanescente sob a forma de firma individual, a responsabilidade tributária pelos tributos devidos até a data da extinção

- (A) é inexistente para o sócio remanescente, na medida que a exploração da atividade acontece na forma de firma individual.
- (B) integra o passivo tributário da extinta pessoa jurídica de direito privado, que é a única devedora dos tributos, salvo os casos de responsabilidade pessoal dos sócios pelo excesso de poderes ou infração de lei, contrato ou estatuto.
- (C) é do sócio remanescente por todos os tributos cujos fatos geradores tenham acontecido até a data da extinção, quando continuando este a exploração da atividade sob firma individual.
- (D) é do sócio remanescente apenas pelos tributos cujos créditos tributários estejam definitivamente constituídos ao tempo da extinção, desde que o sócio tenha continuado a exploração da atividade, ainda que sob firma individual.
- (E) recai sobre o patrimônio particular de todos os sócios apenas os créditos tributários, cujas obrigações tributárias tenham constituído-se até a data da extinção da pessoa jurídica, mas exclusivamente sobre o patrimônio do sócio remanescente relativamente aos tributos com constituição definitiva ao tempo da extinção.

53. Sobre a preferência do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) a indisponibilidade de bens e direitos do devedor tributário pode ser determinada em sede de procedimento administrativo pela autoridade administrativa competente, desde que assegurada a ampla defesa.
- (B) a declaração de alienação de bem em fraude à execução fiscal depende de procedimento judicial específico, denominado ação revocatória.
- (C) a impenhorabilidade legal do bem de família é afastada em caso de garantia de dívida tributária, qualquer que seja sua origem.
- (D) na falência, o crédito tributário deve ser pago logo após o pagamento dos créditos trabalhistas e de acidente do trabalho, antecedendo os demais, portanto.
- (E) é admitido o concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem: União; Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e *pro rata*; Municípios, conjuntamente e *pro rata*.

54. Haverá imunidade tributária para

- (A) impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que relacionados com suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- (B) tributos incidentes sobre patrimônio, renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) contribuições devidas por pessoas jurídicas de direito público interno, incidentes sobre folha de salários de empregados públicos.
- (D) tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
- (E) tributos incidentes sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior.

55. O crédito tributário extingue-se com a

- (A) isenção em caráter geral, decorrente de lei.
- (B) moratória celebrada em processo judicial, bastando a homologação pelo juiz para ter efeito.
- (C) consignação em pagamento extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
- (D) dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (E) remissão em caráter geral, decorrente de lei ou ato administrativo.

**Direito Penal**

56. A respeito da relação de causalidade, considere as teorias abaixo propostas pela doutrina:
- I. *Teoria da causalidade adequada*: um determinado evento só será produto da ação humana quando esta tiver sido apta e idônea a gerar o resultado.
 - II. *Teoria da equivalência das condições*: quaisquer das condições que compõem a totalidade dos antecedentes é causa do resultado, pois a sua inoocorrência impediria produção do evento.
 - III. *Teoria da imputação objetiva*: só pode ser imputado ao agente a prática de um resultado delituoso quando o seu comportamento tiver criado, realmente, um risco não tolerado, nem permitido, ao bem jurídico.

O Código Penal brasileiro adotou a (s) teoria (s) indicada (s) APENAS em

- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.
-
57. De acordo com a Lei nº 7.492/86, NÃO comete crime contra o sistema financeiro nacional o administrador de instituição financeira que
- (A) divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
 - (B) deferir empréstimo a parente na linha colateral em terceiro grau, consanguíneo ou afim.
 - (C) geri-la fraudulentamente.
 - (D) manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.
 - (E) geri-la temerariamente.

Direito Processual Penal

58. A regra que, no processo penal, atribui à acusação, que apresenta a imputação em juízo através de denúncia ou de queixa-crime, o ônus da prova é decorrência do princípio
- (A) do contraditório.
 - (B) do devido processo legal.
 - (C) do Promotor natural.
 - (D) da ampla defesa.
 - (E) da presunção de inocência.
-
59. A competência será determinada pela continência quando
- (A) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
 - (B) duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
 - (C) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
 - (D) duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas, umas contra as outras.
 - (E) duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
-
60. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, no que concerne aos recursos, é correto afirmar:
- (A) Caberá apelação, no prazo de 5 dias, das decisões do Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
 - (B) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, admitem-se embargos infringentes, que poderão ser opostos no prazo de 10 dias, pelo Ministério Público ou pelo réu.
 - (C) Quando cabível a apelação, poderá ser usado também o recurso em sentido estrito quando somente de parte da decisão se recorra.
 - (D) O Tribunal poderá, julgando procedente a revisão, alterar a classificação da infração, absolver o réu, anular o processo ou modificar a pena, ainda que isso implique em agravação da que foi imposta na decisão revista.
 - (E) Caberá protesto por novo júri se o réu tiver sido condenado pelo Tribunal do Júri a pena igual ou superior a 20 anos.

